



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

1

PARECER JURÍDICO

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO – REQUISITOS LEGAIS – PRESENTES – LEGALIDADE – CONSTITUCIONALIDADE – PRESENTES – REGIME DE URGÊNCIA.

I RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei nº 060/2020 de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal visando a autorização da abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação de recursos vinculados na LOA e consequente alteração das Leis Municipais nº 1.216/2017; 1.313/2019. O anteprojeto de lei está acompanhado do ofício nº 058/2020 e da Mensagem do Senhor Prefeito Municipal.

É o breve relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O orçamento público é regido por diversos princípios, dentre eles o princípio da universalidade que estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na LOA. Trata-se, nas palavras de José Afonso da Silva, do “princípio do orçamento global”.

Ademais há o princípio da unidade, genericamente contemplado no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, cujo *caput* determina:



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

2

Art. 2º. A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

A disciplina normativa dos créditos adicionais está prevista nos artigos 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964. Segundo a definição estabelecida no artigo 40, os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas no orçamento ou dotadas de forma insuficiente.

Há três modalidades de créditos adicionais: os créditos suplementares, os créditos especiais e os créditos extraordinários. A diferença entre eles está na sua motivação.

Os créditos suplementares caracterizam-se por serem destinados ao reforço de dotação orçamentária já existente, ou seja, houve previsão da despesa no orçamento, mas no curso da execução orçamentária a referida previsão mostrou-se insuficiente para realizar as despesas necessárias.

Os créditos especiais, por sua vez, assim como os créditos extraordinários caracterizam-se pelo fato de as despesas que devem ser autorizadas não estarem previamente previstas no orçamento municipal. Os créditos especiais são destinados a atender quaisquer despesas para as quais não haja dotação orçamentária, enquanto os créditos extraordinários são aqueles que devem ser utilizados somente para atender as despesas urgentes e imprevistas, como decorrentes de calamidade pública.

O presente projeto de lei busca um crédito adicional suplementar por anulação de dotação para as respectivas fontes: "Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 1.904,28 (mil novecentos e quatro reais e vinte e oito centavos), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de 18.000,00 (dezoito mil reais), Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de 8.000,00 (oito mil reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Fonte: 504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), Fonte: 102 – FUNDEB 40% no valor de R\$ 6.912,91 (seis mil, novecentos e doze reais e noventa e um centavos), Fonte: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no valor de 70.000,00 (setenta mil reais) e Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), cujo total perfaz o valor de R\$ 215.317,19 (duzentos e quinze mil, trezentos e dezessete reais e dezenove centavos).



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

3

Conforme o disposto no artigo 1º do presente projeto de lei, esse pretende reforçar despesas já previstas anteriormente no orçamento.

A Lei 4.320/1964 em seu artigo 43 determina que a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, além do que a autorização de abertura de crédito especial deverá ser precedida de justificativa.

Os recursos a serem indicados para abertura do crédito especial ou suplementar podem decorrer de superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados por lei, e ainda por produto de operações de crédito previamente autorizadas.

De acordo com o artigo 2º do projeto de lei analisado, os recursos utilizados na abertura deste crédito adicional suplementar serão provenientes do cancelamento das dotações das seguintes fontes: "Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), Fonte: 1504 – Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019 no valor de R\$ 8.004,28 (oito mil e quatro reais e vinte oito centavos), Fonte: 000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de 14.200,00 (catorze mil e duzentos reais), Fonte: 000 – Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 6.912,91 (seis mil, novecentos e doze reais e noventa e um centavos), Fonte: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e Fonte: 494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), perfazendo o total de R\$ 215.317,19 (duzentos e quinze mil, trezentos e dezessete reais e dezenove centavos).

Por fim, deve se ter claro que os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo as exceções constitucionais e legais.

Observa-se que o presente projeto de lei solicita a urgência da análise e votação do presente projeto de lei, sob a justificativa trazida pela mensagem do Senhor Prefeito, em anexo, que afirma que os saldos das fichas orçamentárias estão acabando não sendo possível realizar os devidos empenhos até o final do exercício, de modo que restou demonstrada a urgência, no entanto, competem aos nobres vereadores manterem ou não a mesma, por meio da apreciação pelo Plenário de tal projeto de lei, podendo nesse caso, se manter a urgência, dispensar parecer das comissões permanentes nos termos do artigo 78 do Regimento Interno, por solicitação do Presidente ou por requerimento escrito de qualquer vereador.

Caso seja mantida a urgência do presente projeto de lei, a forma de votação deverá ser em conformidade com o Regimento Interno. Vejamos:



PODER LEGISLATIVO

ITAÚNA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

AV BRASIL, 883 CEP 87980-000 FONE 3436-1659

ITAÚNA DO SUL - PARANÁ

4

O presente projeto de lei demonstra tratar-se de projeto de lei ordinária, como são a maioria de nossas normas brasileiras, cuja votação será por meio de maioria simples, ou seja, será aprovado o presente projeto de lei se a maioria dos vereadores presentes na votação serem a favor do projeto de lei, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, devendo estar presente pelo menos um terço dos vereadores, nos termos do artigo 155, *caput*, do Regimento Interno.

O processo de votação deverá ser simbólico, nos termos do artigo 195, §1º combinado com o artigo 196, ambos do Regimento Interno, qual seja de contagem simples dos votos, onde o Presidente irá informar para que os vereadores que são a favor do projeto devem permanecer sentados e os vereadores que forem contra o projeto de lei devem levantar.

Por ser em caráter de urgência, terá apenas uma única discussão, nos termos do artigo 176, inciso II, do Regimento Interno.

III PARECER

Em análise, de cunho estritamente jurídico, constatou-se que o projeto de lei nº 060/2020 encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas na Constituição Federal (art. 30, I; art. 166; art. 167) e pela Lei Federal nº 4.320/1964, sendo este um parecer técnico, de cunho jurídico, que de modo algum vincula o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores.

É o parecer.

Sala da Assessoria Jurídica, 24 de novembro de 2020.

Fernanda Roberta Sasso Mello

Procuradora Jurídica

OAB-PR 52.008